

Relatório Anual de Informações

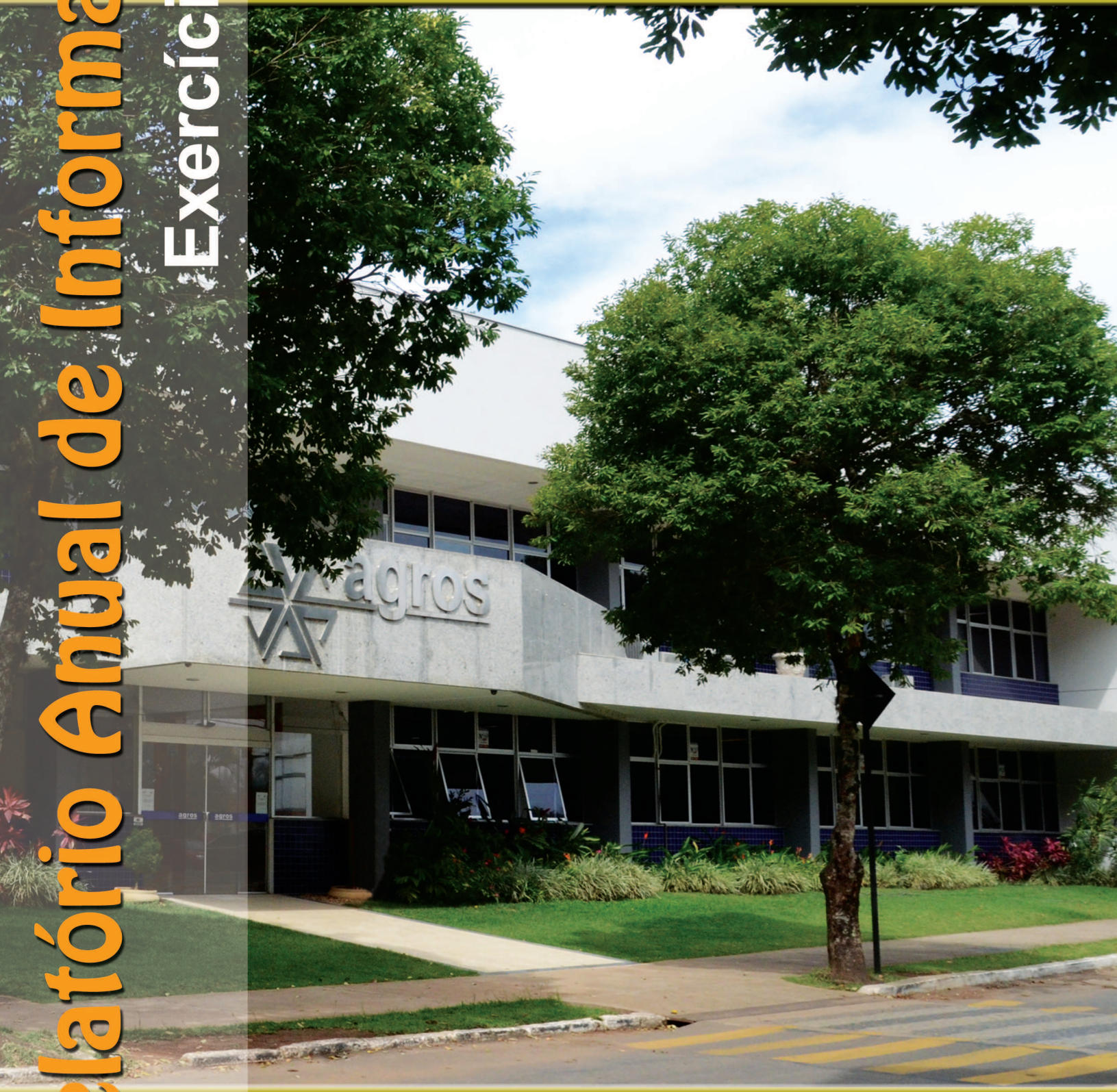
Exercício 2012



Impresso
Especial
9912232165/2009/DR/MG
Agros
--- CORREIOS ---



PODE SER ABERTO PELA ECT



Viçosa, Março/2013

Diretoria Executiva	Nairam Félix de Barros (Diretor Geral) Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Segurança) Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)
Conselho Deliberativo	Sylvia do Carmo Castro Franceschini (Presidente) Guilherme Nacif de Faria Marcia Rogéria de Almeida Lamêgo Ely Rosa Evaristo Luciano Rosa Álvaro de Araújo Sebastião Carlos da Fonseca Antônio Teixeira Cordeiro Vanda do Carmo Lucas dos Santos Julio Cesar dos Reis José Júlio de Souza José Aparecido de Paula
Conselho Fiscal	Moacir Albuquerque Gomes de Lima (Presidente) Fernando Diogo Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima Mariluce Pires Vieira Soares Antônio Joaquim Macabeu Nilton Alves Gonzaga Augusto César de Queiroz Aloísio de Castro Cardoso

ÍNDICE

Prestando Contas	03
Gestão dos Planos	04
Resumo da Política de Investimentos	07
Demonstrativo dos Investimentos	08
Desempenho Financeiro	11
Demonstrações Contábeis	12
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	30
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	32
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	38
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	39
Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01	39
Relatórios dos Auditores Independentes	40
Parecer do Conselho Fiscal	44
Resolução do Conselho Deliberativo	44

Mensagem aos participantes

O Relatório Anual de Informações (RAI) 2012 apresenta aos participantes as principais atividades desenvolvidas pelo AGROS no exercício de 2012. Este relatório é parte das nossas obrigações, mas mesmo assim, inserimos informações não obrigatórias por considerá-las importantes.

Temos procurado melhorar a cada ano a comunicação com o participante e, para isso, utilizamos o InfoAgros (jornal trimestral), a página na web (www.agros.org.br), as correspondências impressas e, mais recentemente, o correio eletrônico e a Central de Relacionamento, dentre outras formas. Mas sabemos que é preciso melhorar ainda mais. Nessa busca por melhorias, as críticas e as sugestões são sempre bem-vindas. Entre em contato por telefone, por e-mail e, melhor ainda, venha falar conosco pessoalmente.

Queremos, sinceramente, estreitar cada vez mais a relação do AGROS com o participante, porque não esquecemos nunca que o participante é a nossa razão de ser.

Diretoria Executiva

Prestando Contas

Com 82 funcionários, 71 em Viçosa, 2 em Belo Horizonte e 9 em Florestal, o AGROS administra 3 planos de previdência complementar, 5 planos de saúde e uma carteira de empréstimos. Do total de funcionários, 50% têm pós-graduação, 25,6% têm graduação, 12,2% possuem graduação incompleta e 12,2% têm formação até o ensino médio.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o AGROS possui dois automóveis (um GM Vectra e um Toyota Corola), uma ambulância, uma motocicleta Honda CG para serviços locais e uma ambulância em regime de comodato na cidade Florestal.

Além do cumprimento de todas as exigências legais, o AGROS vem trabalhando no aprimoramento dos serviços e das informações para os órgãos reguladores, fiscalizadores e para os participantes. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em 2012, merecem destaque:

- Elaboração de normas para auditoria técnica e administrativa dos procedimentos odontológicos;
- Elaboração de normas para autorização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME);
- Elaboração de normas para garantia de atendimento aos beneficiários dos planos de saúde;
- Aumento de 24 prestadores de serviço da área de saúde;
- Estruturação e organização do Espaço Movimento - Serviço de Atividade Física e Saúde, em Florestal;
- Contratação e Treinamento do Enfermeiro para atuar no projeto de Atendimento Domiciliar;
- Realização da VI Campanha AGROS de Vacinação Contra a Gripe;
- Realização da Campanha AGROS de Saúde do Homem;
- Participação, em parceria com a UFV, na Campanha Outubro Rosa – prevenção contra o câncer de mama;
- Separação do atendimento presencial do telefônico;
- Ampliação do horário de atendimento telefônico, ficando de 7 a 19 horas, sem interrupção;
- Modernização dos equipamentos de telefonia, permitindo o acompanhamento da demanda. Foram 45.504 chamadas de abril a dezembro (9 meses de funcionamento), com média mensal de 5.056. No atendimento presencial registramos 15.794 de março a dezembro (10 meses de funcionamento), com média mensal de 1.579;
- Realização da II Oficina de Educação Financeira;
- Produção e distribuição do Catálogo da Rede AGROS de Saúde 2012.

Atendendo aos requisitos legais da Resolução CGPC nº 29/2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o AGROS iniciou, no segundo semestre, a execução do Plano de Acompanhamento do Custeio Administrativo. As ações adotadas, devido ao curto período, não impactaram o custeio administrativo no exercício de 2012. Contudo, conforme previsto no Plano, seus resultados serão observados a partir do exercício de 2013.

Visando aumentar a transparência das decisões referentes às aplicações financeiras realizadas, o Comitê de Investimentos do AGROS foi ampliado, contando agora com a participação do Gerente Administrativo, do responsável pelo setor de Controles Internos e por membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Os últimos com direito a voz.

O ano de 2012 foi marcado com ações de responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, o AGROS realizou as seguintes ações:

- Programa de redução de uso de copos descartáveis, disponibilizando “canecas e garrafas” individuais;
- Campanha educativa para redução do consumo de energia elétrica e água;

- Palestras sobre reciclagem de materiais descartados – subproduto das atividades de escritório (papel, plástico, cartuchos de tinta, etc.);
- Palestra e incentivo a funcionários para destinação de recursos de imposto de renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Viçosa;
- Realização de reuniões com os participantes para prestar informações sobre os planos de previdência, de assistência à saúde e sobre os investimentos do Instituto.

Além disso, outras ações foram desenvolvidas com o pensamento na questão socioambiental, tais como: todas as edições do jornal InfoAgros (jornal da entidade) foram impressas em papel reciclado; orientação para o desligamento de lâmpadas e equipamentos ao final dos expedientes, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica; o catálogo da rede AGROS de saúde - 2012 (distribuído a todos os participantes) e o Manual do Beneficiário”, cartilha explicativa dos principais pontos do regulamento dos planos de saúde, também foram impressos em papel reciclado.

Gestão dos Planos

Os quadros apresentados a seguir ajudam a entender a atuação do AGROS e os resultados alcançados no exercício.

Quadro 1 - Empregados e Participantes Ativos, por Plano

Planos	2012		2011	
	Empregados	Participantes	Empregados	Participantes
Plano A (Celetista)	93	92	89	88
Plano B (Estatutário)	4.437	3.924	4.494	3.958
Plano AGROS CD-01	-	963	-	709
Total	4.530	4.979	4.583	4.755

Com relação ao número de participantes, o Plano A apresentou um crescimento de apenas 4,5% e, por se tratar de um plano para empregados regidos pelo regime de trabalho celetista, possui a quase totalidade de seus participantes ativos representada por funcionários do AGROS. O Plano B é o que possui maior número de participantes. Como ele não admite novas inscrições, a tendência de redução do número de participantes a cada ano vem se confirmando. O Plano AGROS CD-01, plano de contribuição definida criado em 2008, que tem como instituidores a UFVCredi, o Sindisec e a Fecon, apresentou em 2012 um crescimento de 35,82% no número de participantes, em relação ao ano de 2011.

Quadro 2 - Número de Benefícios Previdenciários, de Renda Continuada, em Manutenção

Tipo Benefício	2012		2011		Variação Anual %
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Aposentadorias por Idade	150	20,69	151	20,83	-0,66
Aposentadoria Especial	7	0,96	7	0,96	0
Aposentadoria por Tempo de Serviço	42	5,79	41	5,65	2,44
Aposentadorias por Invalidez	222	30,62	225	31,03	-1,33
Pensão por Morte	304	41,94	301	41,53	0,99
Auxílio Doença	-		-	-	-
Total	725	100	725	100	0

O Quadro 2 indica que o Instituto encerrou o ano de 2012 pagando cerca de 725 benefícios de renda continuada por mês. Esse número sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e de término de benefícios.

Quadro 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único

Tipo de Benefício	2012		2011		Variação Anual %
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Pecúlio por Morte	39	45,35	54	56,84	-27,77
Auxílio Natalidade	30	34,89	18	18,95	66,66
Auxílio Funeral	16	18,60	23	24,21	-30,43
Reserva de Poupança	1	1,16	-	-	-
Total	86	100	95	100	-9,47

Os benefícios de pagamento único, ao contrário dos benefícios de renda continuada, não ocorrem todos os meses, mas sim, diante de situações eventuais. O quadro 3 apresenta um crescimento no número do benefício "Auxílio Natalidade", e uma redução do número dos benefícios "Pecúlio por Morte" e "Auxílio Funeral".

Quadro 4 - Receitas Previdenciárias por Plano de Benefício

Receitas/Adições (Valores em mil - R\$)				
Planos Previdenciários	2012		2011	
	Contribuições *	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Plano A (Celetista)	4.533	20.962	4.308	827
Plano B (Estatutário)	564	44.426	500	23.015
Plano AGROS-CD-01	1.099	178	724	110
Total	6.196	65.566	5.532	23.952
Total Geral	71.762		29.484	

(*) Na coluna "Contribuições" relativa ao Plano A, o valor de R\$4.533 refere-se a acréscimos sobre o débito da Patrocinadora UFV.

Quadro 5 - Despesas Previdenciárias por Plano de Benefício

Despesas/Destações (Valores em mil - R\$)						
Planos Previdenciários	2012			2011		
	Pagamento de Benefícios	Constituições de Contingências*	Despesas Administrativas	Pagamento de Benefícios	Constituição de Contingências	Despesas Administrativas
Plano A (Celetista)	4.731	4.533	2.620	4.718	4.277	2.523
Plano B (Estatutário)	5.930	0	7.827	6.464	163	7.590
Plano AGROS-CD-01	25	0	11	16	0	4
Total	10.686	4.533	10.458	11.198	4.440	10.117
Total Geral	25.677			25.755		

(*) Na coluna "Constituições de Contingências" – Plano A, o valor de R\$4.533 refere-se à atualização monetária da provisão sobre o débito da Patrocinadora UFV.

As receitas ou adições representam a soma das contribuições dos patrocinadores e dos participantes mais o resultado dos investimentos. As despesas ou destinações representam a soma dos pagamentos de benefícios, da constituição de contingências mais as despesas administrativas. É importante salientar que os investimentos são realizados utilizando-se a soma dos recursos disponíveis, oriundos de resultados anteriores, e não apenas o valor das contribuições.

Quadro 6 - Número de Participantes e de Dependentes dos Planos de Saúde Administrados pelo AGROS, por produto

Planos	2012					2011					
	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Especiais	Total	%	Varição Anual %
PAS-UFV	9	20	1	30	0,19	9	22	1	32	0,21	-6,25
AGROS Saúde I com Odontologia	4.216	6.325	3.584	14.125	88,54	4.066	6.357	3169	13.592	88,41	3,92
AGROS Saúde I sem Odontologia	573	800	393	1.766	11,07	558	807	352	1.717	11,17	2,85
AGROS Saúde II com Odontologia	9	12	1	22	0,14	10	13	1	24	0,16	-8,33
AGROS Saúde II sem Odontologia	6	4	0	10	0,06	4	5	0	9	0,06	11,11
Total	4.813	7.161	3.979	15.953	100,00	4.647	7.204	3.523	15.374	100,00	3,76

Quadro 7 - Receitas Assistenciais

Receitas (Valores em mil - R\$)				
	2012		2011	
	Contribuições	Investimentos	Contribuições	Investimentos
Planos Assistenciais	54.212	4.064	46.930	5.065
Total	58.276		51.995	

Quadro 8 - Despesas Assistenciais

Despesas (Valores em mil - R\$)				
	2012		2011	
	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	57.508	3.831	48.685	2.935
Total	61.339		51.620	

O equilíbrio entre receitas e despesas deve-se ao custeio composto por contribuições de participantes, auxílio saúde suplementar do governo federal, resultado de investimentos, mais retiradas do Fundo Assistencial.

Resumo da Política de Investimentos dos Planos

Exercício 2012

Planos A - Plano de Benefícios Previdenciários Celetista

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	60	25
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	5
Investimentos no Exterior	5	0

Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários Estatutário

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	47
Renda Variável	60	25
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	15
Investimentos Estruturados	20	5
Investimentos no Exterior	5	0

Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários AGROS CD-01

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Planos de Benefícios Assistenciais (Planos de Saúde)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
DI-CETIP	0

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

De acordo com a Política de Investimentos dos planos, todos os investimentos utilizam derivativos e possuem gestão para controle de riscos que envolvem Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Contraparte, Risco Operacional, Risco Legal e outros.

Demonstrativo dos Investimentos

Em atendimento às Resoluções 3792, de 01/09/2009, e 3846, de 25/03/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN), ao Ofício Circular nº 37/2002/SPC/MPAS, à Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007, às Resoluções MPS /CGPC nº 7, de 04/08/2005, e MPS/CGPC/MPS nº 23, de 06/12/2006, são apresentados a seguir os custos incorridos na administração dos recursos do AGROS no ano de 2012, bem como os resultados apurados em consonância com a Política de Investimentos dos recursos.

Custos Previstos na Política	Valores Realizados no Ano de 2012 (R\$)
Administração dos Recursos	1.293.391,13
Custódia dos Recursos	95.364,34
Corretagem	79.935,00
Auditoria Contábil e de Gestão	126.022,99

Apuração dos Resultados - Os resultados apurados nos investimentos dos ativos do AGROS, no ano de 2012, estão em consonância com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 14/12/2011.

As alocações dos ativos entre os diversos segmentos respeitaram os limites de aplicação previstos na legislação mencionada e estão de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS:

Limites de Alocação Estratégica da Carteira por Segmento Previsto e Realizado

Previsto na Política		Alocação ano de 2012 (%)
Renda Fixa	Mínimo de 30% e Max. de 100%	55,29
Renda Variável	Máximo de 60%	24,43
Investimentos Estruturados	Máximo de 20%	0,15
Imóveis	Máximo de 8%	9,54
Empréstimos aos Participantes	Máximo de 15%	10,59

Limites de Valor em risco - Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo *Value at Risk* (VaR) para 21 dias úteis, com grau de confiança de 95%, conforme previsto na Política de Investimentos e está sendo devidamente monitorado:

Previsto na Política	Value at Risk (VaR) (%)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	0,2920
Renda Variável– 20% valor alocado	6,7069

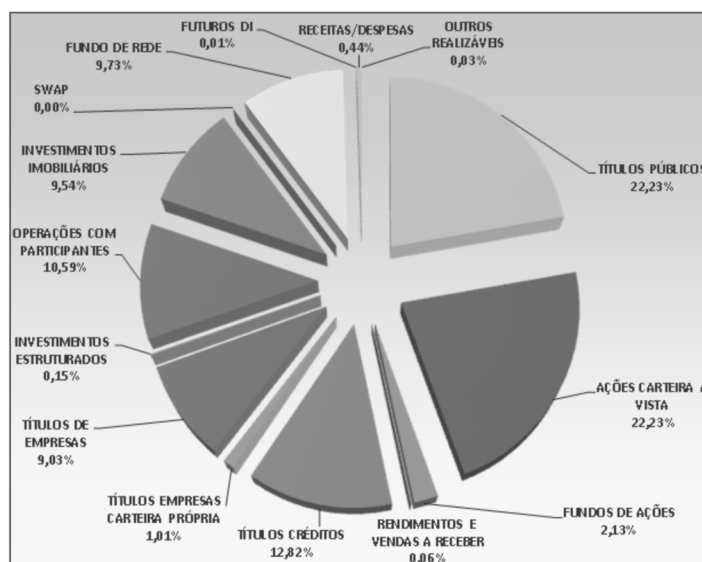
Custos da Gestão dos Recursos - Ano de 2012 (R\$)	
1. Administração de recursos	
Riskbank (Empresa de rating)	16.247,28
Agência Estado (Acompanhamento Mercado Financeiro)	18.531,24
Economática (Sistema de análises)	8.674,98
CDL (Consulta SPC/SERASA)	1.289,52
Syslg Informática (Sistema de Empréstimos)	34.569,38
Intech Solução em Tecnologia da Informação Ltda	52.052,79
Administração de Fundos Mútuos (Asset Management)	548.940,20
Despesas Administrativas (Pessoal, Encargos e Custeio)	613.085,74
Total	1.293.391,13
2. Custódia dos recursos	
Taxa de Cust. Vol. Financeiro Renda Variável (BOVESPA)	4.809,97
Custódia e Controladoria - HSBC Bank Brasil	82.688,97
Risk Office - (VAR e DAIEA)	7.865,40
Total	95.364,34
3. Auditoria	
Auditoria Contábil e de Gestão	126.022,99
Total	126.022,99
4. Corretagem	
Votorantim CTVM Ltda.	13.011,20
BTG Pactual C.C.V.M. S/A	16.756,04
Mundinvest S/A C.C.V.M	15.557,80
Fator S/A CV	24.043,29
Citi Corretora	10.566,67
Total	79.935,00
Total Geral	1.594.713,46

Total da Alocação dos Recursos da Entidade (R\$)

Segmentos de Aplicação	Patrimônio			
	dezembro-12		Política de Investimentos	
	Valor	Participação	Limite Mínimo	Limite Máximo
RENDA FIXA	377.467.960,64	55,29%	30%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	166.806.004,50	24,43%	-	60,00%
IMÓVEIS	65.163.965,62	9,54%	-	8,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.015.738,06	0,15%	-	20,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	72.340.872,02	10,59%	-	15,00%
Total	682.794.540,84	100,00%	-	-

Posição do Programa de Investimentos DEZEMBRO/2012 (em R\$)

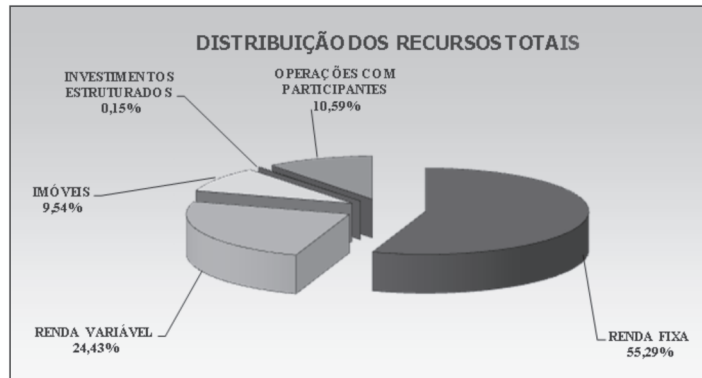
Segmentos de Ativos	Valor	Participação (%)
TÍTULOS PÚBLICOS	151.775.944,15	22,23%
AÇÕES CARTEIRA À VISTA	151.835.129,84	22,23%
FUNDOS DE AÇÕES	14.549.419,45	2,13%
RENDIMENTOS E VENDAS A RECEBER	421.455,21	0,06%
TÍTULOS CRÉDITOS	87.573.874,97	12,82%
TÍTULOS EMPRESAS CARTEIRA PRÓPRIA	6.901.976,27	1,01%
TÍTULOS DE EMPRESAS	61.683.604,62	9,03%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.015.738,06	0,15%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	72.340.872,02	10,59%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	65.163.965,62	9,54%
SWAP	3.479,58	0,00%
FUNDO DE REDE	66.461.083,41	9,73%
FUTUROS DI	53.084,87	0,01%
RECEITAS/DESPESAS	3.014.912,77	0,44%
OUTROS REALIZÁVEIS	209.276,12	0,03%
TOTAL	683.003.816,96	100,00%



Limites de Valor em Risco - (VaR)

Previsto na Política	"Value at Risk" (VaR) (%)
Renda Fixa – 3% do valor alocado	0,2920%
Renda Variável – 20% valor alocado	6,7069%

Os limites de tolerância a risco foram medidos pelo "Value at Risk" (VaR) modelo não paramétrico, com grau de confiança de 95%, considerando o horizonte de tempo e as oscilações do mercado.



Rentabilidades (calculada pelo método de cotas)

ACUMULADO ANO 2012 (%)	Renda Fixa ¹	Renda Variável ²	Empréstimos Brutos	Imóveis	R.G.R.T. ³	Taxa Atuarial ⁴	IBOVESPA ⁵	Taxa SELIC
	12,6168%	14,6661%	17,4700%	-0,8780%	12,3142%	11,5077%	7,3959%	8,4835%

Observações:

- 1 - Rentabilidade dos Títulos de Renda Fixa e Fundos de Investimentos
2 - Rentabilidade da Carteira de Ações

- 3 - Rentabilidade dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas
4 - INPC + 5,00% a.a (Taxa Atuarial)
5 - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

QUADRO DE METAS			
SEGMENTO	Plano A	Plano B	Plano CD-01 e PGA
Renda Fixa	IPCA + 6% aa	IPCA + 6% aa	100% CDI
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA	X
Investimentos Estruturados	IPCA + 6% aa	IPCA + 6% aa	X
Investimentos no Exterior	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Imóveis	IPCA + 5% aa	IPCA + 5% aa	X
Empréstimos a Participantes	INPC + 7% aa	INPC + 7% aa	X
Meta atuarial	INPC + 5% aa	INPC + 5% aa	INPC + 5%

As alocações dos ativos do AGROS no ano de 2012, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previsto na Resolução 3.792 do BACEN de 24/09/2009 e 3.846 de 25/03/2010 e se encontram de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do AGROS, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 14/12/2011, resolução 0260/2011.

Desempenho Financeiro

Em 2012 houve um movimento muito semelhante nas políticas monetárias das principais economias do mundo.

No Brasil, experimentamos uma queda da taxa básica de juros, de 12,5% ao ano (em meados de 2011) para o nível de 7,25% ao ano (ao final de 2012). A manutenção dessa taxa nesses patamares depende, principalmente, do comportamento dos indicadores da inflação.

Além da queda dos juros, o governo adotou medidas como: o afrouxamento nos índices de retenção de dinheiro em circulação no mercado, injetando maior liquidez no sistema financeiro; e uma maior oferta de crédito para incentivar investimentos de longo prazo, principalmente, em infraestrutura (usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rodovias, saneamento básico, etc.) e no setor imobiliário.

Apesar de todas as medidas, a economia brasileira não atingiu o nível esperado. Segundo a Pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, no início de 2012, esperava-se um crescimento do PIB de 3,4% para o ano, porém o índice de crescimento foi de apenas 0,9%.

Atento aos cenários nacional e internacional, o AGROS manteve sua política de prudência e reponsabilidade com relação aos seus investimentos, aplicando seus ativos, predominantemente, em títulos públicos remunerados pela taxa Selic, com maior garantia e menor rentabilidade. Contudo, procurando adaptar-se à nova realidade de constante queda na taxa de juros, o AGROS adotou, no segundo semestre de 2012, uma postura mais agressiva, investindo em alguns títulos privados, buscando alcançar a meta atuarial de 11,51%, ou seja, INPC + 5% ao ano.

Na apuração anual separada por plano, o Plano A (CLT) atingiu rentabilidade de 12,04% e o Plano B (RJU), de 12,44%. Esse desempenho foi alcançado, principalmente, pelo fato de esses dois planos possuírem parte de seus ativos aplicados em operações com participantes e em títulos de renda variável.

O desempenho dos investimentos do Plano C, ou AGROS CD-01, foi de 10,22%, bem acima da taxa Selic, que foi de 8,48% neste mesmo período, taxa utilizada como referência na Política de Investimentos.

O Plano Assistencial apresentou rentabilidade de 9,75%, também acima da taxa Selic.

O desempenho dos Planos C e Assistencial deve-se ao fato de seus recursos estarem aplicados em títulos de renda fixa, de acordo com a regulamentação desses planos.

Como previsto no relatório de 2011, as medidas econômicas tomadas pelas principais economias do mundo e, especialmente, pelo Brasil, permitiram em 2012, melhores resultados. A rentabilidade geral do AGROS, no cômputo total dos investimentos (Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - RGRT) foi de 12,31% em 2012, ficando acima da Meta Atuarial.

Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Ativo	Exercício 2012	Exercício 2011	Passivo	Exercício 2012	Exercício 2011
<u>Disponível</u>	95	105	<u>Exigível Operacional</u>	<u>3.582</u>	<u>5.746</u>
			Gestão Previdencial	1.282	2.858
<u>Realizável</u>	<u>648.532</u>	<u>604.682</u>	Gestão Administrativa	1.954	2.337
Gestão Previdencial	95	40	Investimentos	346	551
Gestão Administrativa	7.326	8.215			
Investimentos	<u>641.111</u>	<u>596.427</u>	<u>Exigível Contingencial</u>	<u>16.737</u>	<u>23.389</u>
Créditos Privados e Depósitos	6.902	6.526	Gestão Administrativa	5.036	4.703
Ações	152.257	143.354	Investimentos	11.701	18.686
Fundos de Investimentos	344.238	307.963			
Investimentos Imobiliários	65.164	67.946			
Empréstimos	72.341	70.473	<u>Patrimônio Social</u>	<u>631.151</u>	<u>578.567</u>
Outros Realizáveis	209	165	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>507.048</u>	<u>448.786</u>
			Provisões Matemáticas	<u>416.814</u>	<u>371.155</u>
<u>Permanente</u>	<u>2.843</u>	<u>2.915</u>	Benefícios Concedidos	169.485	152.742
Imobilizado	2.819	2.885	Benefícios a Conceder	247.329	218.413
Intangível	24	30	Equilíbrio Técnico	<u>90.234</u>	<u>77.631</u>
			Resultados Realizados	<u>90.234</u>	<u>77.631</u>
<u>Gestão Assistencial</u>	<u>44.488</u>	<u>46.984</u>	Superávit Técnico Acumulado	90.234	77.631
			Fundos	<u>124.103</u>	<u>129.781</u>
			Fundos Previdenciais	87.181	99.357
			Fundos Administrativos	34.904	29.184
			Fundos dos Investimentos	2.018	1.240
			<u>Gestão Assistencial</u>	<u>44.488</u>	<u>46.984</u>
Total do Ativo	695.958	654.686	Total do Passivo	695.958	654.686

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	150.477	143.957	4,53
Disponível	17	19	-10,53
Recebíveis	9.075	7.588	19,60
Investimentos	141.385	136.350	3,69
Créditos Privados e Depósitos	1.722	36.950	5,77
Ações	39.245	69.413	6,21
Fundos de Investimentos	72.178	15.829	3,98
Investimentos Imobiliários	15.167	12.491	-4,18
Empréstimos	13.023	39	4,26
Outros Realizáveis	50	36.950	28,21
2. Obrigações	2.810	11.341	-75,22
Operacional	469	1.265	-62,92
Contingencial	2.341	10.076	-76,77
3. Fundos Não Previdenciais	9.134	7.694	18,72
Fundos Administrativos	9.075	7.588	19,60
Fundos de Investimentos	59	106	-44,34
4 Ativo Líquido (1-2-3)	138.533	124.922	10,90
Provisões Matemáticas	99.014	85.578	15,70
Superávit / Déficit Técnico	19.073	6.722	183,74
Fundos Previdenciais	20.446	32.622	-37,32

Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	491.399	455.342	7,92
Disponível	49	28	75,00
Recebíveis	25.909	21.636	19,75
Investimentos	465.441	433.678	7,32
Créditos Privados e Depósitos	5.180	4.898	5,76
Ações	113.012	106.405	6,21
Fundos de Investimentos	237.775	212.152	12,08
Investimentos Imobiliários	49.997	52.116	-4,07
Empréstimos	59.318	57.982	2,30
Outros Realizáveis	159	125	27,20
2. Obrigações	10.518	10.752	-2,18
Operacional	1.159	2.141	-45,87
Contingencial	9.359	8.611	8,69
3. Fundos Não Previdenciais	27.788	22.730	22,25
Fundos Administrativos	25.829	21.596	19,60
Fundos de Investimentos	1.959	1.134	72,75
4 Ativo Líquido (1-2-3)	453.093	421.860	7,40
Provisões Matemáticas	315.197	284.216	10,90
Superávit / Déficit Técnico	71.161	70.909	0,36
Fundos Previdenciais	66.735	66.735	0,00

Demonstração do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	2.604	1.363	90,98
Recebíveis	16	0	-
Investimentos	2.588	1.363	89,88
Fundos de Investimentos	2.588	1.363	89,88
2. Obrigações	1	2	-50,00
Operacional	1	2	-50,00
3. Ativo Líquido (1-2)	2.603	1.361	91,26
Provisões Matemáticas	2.603	1.361	91,26

Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido Plano A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descri��o		Exercício 2012	Exercício 2011	Varia��o (%)
	A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	124.922	131.304	-4,86
	1. Adi��o�es	25.546	10.781	136,95
(+)	Contribui��o�es Previdenciárias	4.533	4.308	5,22
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.013	6.473	224,63
	2. Destina��o�es	11.935	17.163	-30,46
(-)	Benefícios Previdenciários	4.731	4.718	0,28
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	51	5.646	-99,10
(-)	Constitui��o� de Contingências - Gestão Previdencial	4.533	4.276	6,01
(-)	Custeio Administrativo	2.620	2.523	3,84
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	13.611	-6.382	-313,27
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	13.436	9.169	46,54
(+/-)	Fundos Previdenciais	0	-3.171	-100,00
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	175	-12.380	-101,41
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	138.533	124.922	10,90
	C) Fundos Não Previdenciais	9.134	7.693	18,73
(+/-)	Fundos Administrativos	9.075	7.588	19,60
(+/-)	Fundos de Investimentos	59	105	-43,81

Demonstr  o da Muta  o do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descri��o		Exercício 2012	Exercício 2011	Varia��o (%)
	A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	421.860	412.236	2,33
	1. Adi��o�es	52.366	34.265	52,83
(+)	Contribui��o�es Previdenciárias	564	500	12,80
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	51.802	33.602	54,16
(+)	Revers��o� de Contingências - Gestão Previdencial	0	163	-100,00
	2. Destina��o�es	21.133	24.641	-14,24
(-)	Benefícios Previdenciários	5.930	6.464	-8,26
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.376	10.586	-30,32
(-)	Custeio Administrativo	7.827	7.591	3,11
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	31.233	9.624	224,53
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	30.981	9.371	230,61
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	252	253	-0,40
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	453.093	421.860	7,40
	C) Fundos Não Previdenciais	27.788	22.730	22,25
(+/-)	Fundos Administrativos	25.829	21.596	19,60
(+/-)	Fundos de Investimentos	1.959	1.134	72,75

Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido Plano C (AGROS CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descri��o		Exercício 2012	Exercício 2011	Varia��o (%)
	A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	1.361	547	148,81
	1. Adi��o�es	1.277	834	53,12
(+)	Contribui��o�es Previdenciárias	1.099	724	51,80
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	178	110	61,82
	2. Destina��o�es	35	20	75,00
(-)	Benefícios	24	16	50,00
(-)	Custeio Administrativo	11	4	175,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.242	814	52,58
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	1.242	814	52,58
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.603	1.361	91,26

Demonstr  o da Muta  o do Patrimônio Social - Consolidada
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descri��o		Exercício 2012	Exercício 2011	Varia��o (%)
	A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	618.630	609.517	1,50
	1. Adi��o�es	157.651	105.118	49,98
(+)	Contribui��o�es Previdenciais	6.195	5.532	11,98
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	72.993	30.068	142,76
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	163	-100,00
(+)	Receitas Administrativas	16.215	14.119	14,85
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.194	2.625	21,68
(+)	Constitui��o de Fundos de Investimentos	778	617	26,09
(+)	Receitas Assistenciais	58.276	51.994	12,08
	2. Destina��o�es	108.129	96.005	12,63
(-)	Benefícios	10.685	11.197	-4,57
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.885	16.233	10,18
(-)	Constitui��o de Contingências - Gestão Previdencial	4.533	4.276	6,01
(-)	Despesas Administrativas	13.355	12.315	8,44
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	31	-100,00
(-)	Constitui��o de Contingências - Gestão Administrativa	333	333	0,00
(-)	Despesas Assistenciais	61.338	51.620	18,83
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	49.522	9.113	443,42
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	45.658	19.355	135,90
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	427	-12.127	-103,52
(+/-)	Fundos Previdenciais	0	-3.171	-100,00
(+/-)	Fundos Administrativos	5.721	4.065	40,74
(+/-)	Fundos dos Investimentos	778	617	26,09
(+/-)	Gestão Assistencial	-3.062	374	-918,72
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício	668.152	618.630	8,01

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios A (Celetista)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	118.087	92.300	27,94
1. Provisões Matemáticas	99.014	85.578	15,70
1.1. Benefícios Concedidos	54.759	49.434	10,77
Benefício Definido	54.759	49.434	10,77
1.2. Benefícios a Conceder	44.255	36.144	22,44
Benefício Definido	44.255	36.144	22,44
2. Equilíbrio Técnico	19.073	6.722	183,74
2.1. Resultados Realizados	19.073	6.722	183,74
Superávit Técnico Acumulado	19.073	6.722	183,74
Reserva de Contingência	19.073	6.722	183,74

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios B (Estatutário)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	386.358	355.125	8,79
1. Provisões Matemáticas	315.197	284.216	10,90
1.1. Benefícios Concedidos	114.725	103.308	11,05
Benefício Definido	114.725	103.308	11,05
1.2. Benefícios a Conceder	200.472	180.908	10,81
Benefício Definido	200.472	180.908	10,81
2. Equilíbrio Técnico	71.161	70.909	0,36
2.1. Resultados Realizados	71.161	70.909	0,36
Superávit Técnico Acumulado	71.161	70.909	0,36
Reserva de Contingência	71.161	70.909	0,36

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios C (AGROS CD-01)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.603	1.361	91,26
1. Provisões Matemáticas	2.603	1.361	91,26
1.2. Benefícios a Conceder	2.603	1.361	91,26
Contribuição Definida	2.603	1.361	91,26
Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.603	1.361	91,26

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil – R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	29.184	25.119	16,18
1. Custeio da Gestão Administrativa	19.409	16.744	15,92
1.1 Receitas	19.409	16.744	15,92
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.459	10.120	3,35
Taxa de Administração de Empréstimos	823	769	7,02
Receitas Diretas	17	1	1600,00
Resultado Positivo dos Investimentos	3.194	2.625	21,68
Reembolso da Gestão Assistencial	3.218	2.528	27,29
Outras Receitas	1.698	701	142,23
2. Despesas Administrativas	13.688	12.648	-21,76
2.1 Administração Previdencial	9.123	9.162	-0,43
Pessoal e Encargos	6.319	6.029	4,81
Treinamentos/Congressos e Seminários	49	87	-43,68
Viagens e Estadias	149	184	-19,02
Serviços de Terceiros	1.768	1.908	-7,34
Despesas Gerais	336	391	-14,07
Depreciações e Amortizações	196	211	-7,11
Contingências	306	306	0,00
Outras Despesas	0	46	-100,00
2.2 Administração dos Investimentos	1.347	1.024	31,54
Pessoal e Encargos	1.079	787	37,10
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	1	0,00
Viagens e Estadias	1	2	-50,00
Serviços de Terceiros	234	207	13,04
Despesas Gerais	27	4	575,00
Contingências	5	10	-50,00
Outras Despesas	0	13	-100,00
2.3 Administração Assistencial	3.218	2.462	30,71
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	31	-100,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	5.721	4.065	40,74
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	5.721	4.065	40,74
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	34.905	29.184	19,60

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

Exercício de 2012 E 2011

1. Contexto Operacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e Operadora de Plano de Saúde na modalidade autogestão, constituindo-se, então, de Planos Previdenciários e Planos Assistenciais. Dessa forma, tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São dois planos previdenciários de Benefício Definido (BD), um plano previdenciário de Contribuição Definida (CD) e cinco planos assistenciais.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários BD e dos Planos Assistenciais são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV); e
- AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário CD, denominado AGROS CD-01 tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec); e
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o AGROS não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2012 e 2011, a totalidade dos recursos foi aplicada no país e a escrituração dos recursos coletados e utilizados de suas rendas, receitas e despesas foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Planos de Benefícios de Natureza Previdenciária

O AGROS oferece aos participantes os seguintes planos, que são reconhecidos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB – Previc):

• **Plano Previdenciário A (Celetista) - Benefício Definido:** corresponde ao plano original oferecido pelo AGROS, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83.

Esse plano de benefícios abrange:

- Os funcionários da UFV que não são regidos pela Lei 8.112/90, Regime Jurídico Único (RJU), portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- Os funcionários do AGROS e das ex-patrocinadoras Centreinar e Funarbe.

Em julho de 2010, o Conselho Deliberativo do AGROS (CDE) aprovou a Resolução nº 238/2010, que trata da destinação obrigatória do superávit, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano A para 0,2%, exceto os que aderiram ao plano após dezembro de 2006. Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 244/2010, suspendendo as contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores do Plano A, pelo prazo de três anos, criou o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano A, dando destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos, e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos.

A suspensão das contribuições de ativos, assistidos e patrocinadores do Plano A foi implantada a partir de janeiro de 2011 e o benefício denominado Abono Temporário aguarda aprovação da Previc.

• **Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido:** Esse plano de benefícios, registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, abrange todos os servidores da UFV regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e que, portanto, não estão sujeitos às regras e determinações da CLT e do RGPS.

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o CDE aprovou a Resolução nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos do Plano B para 0,2%, que foi implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro a abril de 2007. Em dezembro de 2010, o CDE aprovou a Resolução nº 245/2010, criando o Fundo Previdenciário para Reserva Especial do Plano B, dando destinação, de forma voluntária, ao superávit e instituiu o benefício denominado Abono Temporário para os participantes assistidos. A implantação dessas medidas aguarda aprovação da Previc.

• **Plano Previdenciário C (AGROS CD-01) – Contribuição Definida:** Também, chamado de Plano de Instituidor, o Plano de Previdenciário AGROS CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 02 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes destes planos estão vinculados por meio dos convênios com os instituidores UFVCredi, Sindisec e Fecon-MG.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos A, B e AGROS CD-01.

As metas atuariais para o ano de 2012 dos planos previdenciários de benefício definido: A (CLT) e B (RJU) correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

3. Apresentação e Principais Práticas Contábeis

3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2010, foram elaboradas, separadamente para cada segmento das atividades-fim (previdenciária e assistencial), em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pela ANS, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

Para o atendimento desses normativos, o AGROS apresenta as informações segregadas por plano de benefícios e plano de gestão administrativa (PGA), desde a origem até o seu registro na contabilidade, proporcionando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

3.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

3.2.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas como: provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.2. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

3.2.3. Ativo Realizável – Gestão Previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições em atraso da patrocinadora UFV são atualizadas monetariamente, até a data base das demonstrações contábeis, com base na variação da Taxa Referencial (TR) acrescida de 12% a.a., sem incidência de multa.

O Instituto registra provisão referente aos direitos creditórios pendentes de liquidação sobre os valores a receber em atraso, tais como: dívidas do patrocinador, contratos de empréstimos e aluguéis a receber. Para constituição dessas provisões sobre valores a receber em atraso, são adotados os seguintes percentuais:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias;
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

3.2.4. Ativo Realizável – Gestão Administrativa

O Instituto registra as despesas que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes, como também, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários.

3.2.5. Ativo Realizável - Investimentos

Renda Fixa e Renda Variável: O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. As principais mudanças introduzidas referem-se à classificação e ao critério de avaliação dos títulos em duas categorias distintas, como segue:

- Títulos para negociação: Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento: Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-las em carteira até o vencimento.

Os Investimentos Imobiliários estão registrados pelo valor reavaliado, como determinam a Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, que preveem avaliação pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do AGROS, aprovada pela Resolução do Conselho Deliberativo nº 260/2011, de 14 de dezembro de 2011, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em outubro de 2012, tendo seus resultados registrados na contabilidade no próprio exercício. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa Engenharia de Avaliações Ltda. (Enape). A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas correspondentes à vida útil estimada dos bens.

As Operações com Participantes estão avaliadas pelo valor das operações, corrigidas pelo INPC-IBGE, acrescidas de juros de 0,60% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. A Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), de contratação opcional, variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial, realizada nos meses de março, junho, setembro e dezembro. O prazo de contratação dos empréstimos varia de 06 a 72 meses. As normas das operações de empréstimos a participantes podem ser vistas na página do AGROS, www.agros.org.br.

3.2.6. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis.

3.2.7. Exigível Operacional

Representa os valores dos compromissos de curto prazo das gestões previdencial, administrativa e de investimentos.

3.2.8. Exigível Contingencial

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades das gestões previdencial, de investimentos e administrativa, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

3.2.9. Provisões Matemáticas

Resulta de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras.

3.2.10. Regime de Contabilização

As operações são registradas e apuradas em regime de competência, com exceção do plano AGROS CD-01 que, no recebimento de contribuições, utiliza o regime de caixa.

3.2.11. Apuração dos Fluxos de Investimentos

Os resultados positivos ou negativos dos investimentos são apurados no Fluxo de Investimentos de cada plano.

4. Gestão Previdencial (Valores em mil - R\$)

Ativo Realizável	Exercício 2012	Exercício 2011
Contribuições normais do mês a receber de participantes	79	40
Contribuições normais em atraso a receber de patrocinadores	38.783	34.250
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.783)	(34.250)
Outros Valores a Receber	16	-
Total	95	40

5. Gestão Administrativa (Valores em mil - R\$)

Ativo Realizável	Exercício 2012	Exercício 2011
Despesas Antecipadas	378	411
Valores a Recuperar	5.042	4.782
Valores a Receber	1.805	2.870
Adiantamentos	93	151
Outros – Consignações de Valores	8	1
Total	7.326	8.215

6. Investimento

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Créditos Privados e Depósitos	6.902	6.526
Ações	152.257	143.354
Fundos de Investimentos	344.238	307.963
Imóveis	65.164	67.946
Empréstimos	72.341	70.473
Outros Realizáveis	209	165
Total	641.111	596.427

6.1. Composição de Valores em Créditos Privados e Depósitos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Companhias Abertas - Debêntures não Conversíveis	6.902	6.526
Total	6.902	6.526

6.2. Composição de Valores em Ações (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Ações - Companhias Abertas	152.257	143.354
Total	152.257	143.354

6.3. Composição de Valores em Fundos de Investimentos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa	328.673	307.963
Quotas de Fundos de Investimentos - Ações	14.549	0
Quotas de Fundos de Investimentos - Empresas Emergentes	32	0
Quotas de Fundos de Investimentos - Participações	984	0
Total (*)	344.238	307.963

As quotas de fundos de investimento em empresas emergentes representam a parcela do AGROS no Life Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, que correspondem à participação de 33,45% do fundo. O fundo foi criado em junho de 2002 para administrar o aporte de recursos e a apropriação dos investimentos realizados no Hospital Life Center.

6.3.1. Os títulos dos fundos exclusivos a serem mantidos até o vencimento representados pelo valor líquido, são como seguem (Valores em mil - R\$)

Período	Valor
2013	38.759
2015	7.835
2017	4.229
Total	50.823

6.4. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2012, conforme descrito abaixo (Valores em mil - R\$)

Descrição	Títulos Mantidos até o Vencimento		Títulos para Negociação
	Custo	Mercado	Mercado
	(1)	(2)	(2)
Carteira Própria e Fundos Exclusivos			
Aplicação em Instituições Financeiras			
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos – Renda Fixa	0	43.921	220.366
Companhias Abertas (Título de Empresas)	0		
Debêntures não Conversíveis	0	6.902	0
Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos	0	50.823	220.366
Carteiras Administradas por Terceiros			
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Renda Fixa - Fundos não Exclusivos	0	0	64.385
Total das Carteiras Administradas por Terceiros	0	0	64.385
Total de Investimentos em Renda Fixa	0	50.823	284.751

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados "pró-rata tempore".

(2) Valor líquido provável de realização, obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

6.5. O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

6.6. Composição de Valores dos Investimentos Imobiliários (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Investimentos Imobiliários		
(a) Imóveis em Construção - Reforma	165	143
(b) Imóveis uso Próprio	384	353
(c) Edificações Locadas à Patrocinadora	4.192	4.147
(d) Edificações Locadas a Terceiros	58.534	62.005
Subtotal (1)	63.275	66.648
(e) Aluguéis e Direitos a Receber	1.977	1.512
(g) (-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(88)	(214)
Subtotal (2)	1.889	1.298
Total	65.164	67.946

6.7. Composição de Valores da Reavaliação Imobiliária (Valores em mil - R\$)

Investimentos Imobiliários	Valor Contábil antes da Reavaliação (*)	Valor Reavaliado 2012	Efeito da Reavaliação 31/12/2012
Imóvel de Uso Próprio	352	384	32
Edificações Locadas à Patrocinadora	4.123	4.192	69
Edificações Locadas a Terceiros	60.933	58.534	(2.399)
Total	65.408	63.110	(2.298)

(*) Reavaliação imobiliária reconhecida em Dezembro de 2012 e apresentada neste quadro comparativamente com sua posição contábil no mês anterior: novembro de 2012.

Os ativos reavaliados continuarão a ser depreciados anualmente pela vida útil remanescente, estimada nos laudos de reavaliação.

6.8. Composição de Valores dos Empréstimos (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Operações com Participantes		
(a) Empréstimos a Participantes	62.993	61.257
(b) Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI (1)	9.348	9.216
Total	72.341	70.473

(1) EMAADI – Os saldos dessa conta correspondem à concessão, aos participantes do Plano A, das importâncias equivalentes ao valor da Reserva de Poupança de cada um, sob a forma de Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida (EMAADI), com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo. As amortizações ocorrem à medida que esses participantes se aposentam, com a aplicação de um fator redutor sobre os benefícios a serem pagos, operacionalizadas em forma de desconto na Folha de Benefícios mensalmente.

6.9. Composição de Valores dos Outros Realizáveis (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Outros Realizáveis		
Coparticipações – Poupança Fiança-Caução	206	161
Outros Valores a Realizar	3	4
Total	209	165

7. Permanente (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Imobilizado		
Instalações	13	17
Móveis e Utensílios	272	301
Máquinas e Equipamentos	168	191
Veículos	108	55
Biblioteca	7	7
Sistema de Comunicação	9	9
Computadores e Periféricos	141	177
Edificações de Uso Próprio – Sede do AGROS	2.101	2.128
Subtotal (1)	2.819	2.885
Intangível		
Software	24	30
Subtotal (2)	24	30
Total (1+2)	2.843	2.915

8. Exigível Operacional (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar	2	0
Retenções a Recolher	63	593
Outras Exigibilidades	1.217	2.265
Total	1.282	2.858
Gestão Administrativa		
Pessoal e Encargos a Pagar	1.524	1.899
Serviços de Terceiros	91	74
Fornecedores	13	4
Retenções a Recolher	290	342
Tributos a Pagar	3	9
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	33	9
Total	1.954	2.337
Investimentos		
Investimentos Imobiliários	11	10
Operações com Participantes	129	376
Outros Investimentos – Poupança - Fiança-Caução	206	165
Total	346	551
Total do Exigível Operacional	3.582	5.746

9. Exigível Contingencial (Valores em mil - R\$)

Composição	Saldo em 31/12/2012	Acréscimo (Decréscimo) em 2012	Saldo em 31/12/2011
Gestão Administrativa	5.036	333	4.703
Investimentos	11.701	(6.985)	18.686
Total das Provisões Contingenciais	16.737	(6.652)	23.389

O AGROS constituiu provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributárias, encargos sociais, aspectos civis e outros assuntos.

10. Patrimônio de Cobertura dos Planos (Valores em mil - R\$)

O Patrimônio de Cobertura dos Planos é formado pelo conjunto de contas que registram os compromissos atuariais e o excedente patrimonial apurado nos resultados dos planos.

O montante das Provisões Matemáticas consignadas no balanço patrimonial foi determinado pela assessoria atuarial ATEST – Consultoria Atuarial.

Os resultados dos planos decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que é o confronto entre o arrecadado e as utilizações de recursos, adicionando-se os resultados financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos.

A movimentação do exercício pode ser resumida da seguinte forma:

10.1. Provisões Matemáticas

Composição	Saldo em 31/12/2012	Constituição ou Reversão em 2012	Saldo em 31/12/2011
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	169.485	16.743	152.742
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	32.576	4.681	27.895
- Benefícios Programados - Plano A - CLT	20.376	4.231	16.145
- Benefícios Programados - Plano B - RJU	12.200	450	11.750
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	136.909	12.062	124.847
- Benefícios Não Programados - Plano A - CLT	34.383	1.094	33.289
- Benefícios Não Programados - Plano B - RJU	102.526	10.968	91.558
Benefícios a Conceder	247.329	28.916	218.413
Contribuição Definida - CD	2.603	1.242	1.361
- Plano AGROS CD-01	2.603	1.242	1.361
Benefício Definido - BD			
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	160.581	13.444	147.137
- Benefícios Programados - Plano A - CLT	39.718	7.490	32.228
- Benefícios Programados - Plano B - RJU	120.863	5.954	114.909
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	84.145	14.230	69.915
- Benefícios Não Programados - Plano A - CLT	4.537	621	3.916
- Benefícios Não Programados - Plano B - RJU	79.608	13.609	65.999
Total das Provisões Matemáticas (1)	416.814	45.659	371.155

10.2. Resultado Realizado

Composição	Saldo em 31/12/2012	Constituição ou Reversão em 2012	Saldo em 31/12/2011
Resultado Realizado			
Superávit Técnico Acumulado	90.234	12.603	77.631
Reserva de Contingências	90.234	12.603	77.631
Plano A – CLT	19.073	12.351	6.722
Plano B – RJU	71.161	252	70.909
Total do Resultado Realizado (2)	90.234	12.603	77.631
Patrimônio de Cobertura dos Planos (1+2)	507.048	58.262	448.786

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - Geração Atual: Corresponde ao valor atual dos compromissos futuros com participantes assistidos e beneficiários, em gozo de benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: São provisões atuariais correspondentes à diferença entre o valor dos benefícios para a geração atual que ainda não esteja em gozo de benefício, e o valor dos benefícios para a geração futura, menos o valor das contribuições das patrocinadoras, da geração atual e das gerações futuras, segregada como segue:

- Benefícios do Plano - Geração Atual - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios (participantes ativos).
- Outras Contribuições da Geração Atual - correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefícios.
- Benefícios do Plano com Gerações Futuras - correspondem ao valor atual dos benefícios a serem pagos aos integrantes das gerações futuras, descontado do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando em gozo de benefícios.

Superávit Técnico Acumulado - corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composta como segue:

- Reserva de Contingências: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% das provisões matemáticas.
- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, acima de 25% das provisões matemáticas.

Os dados fornecidos para a avaliação atuarial de 2012 refletem a realidade dos Planos A (CLT) e Plano B (RJU) em 31/10/2012, e do Plano C (AGROS CD-0) em 31/12/2012.

11. Fundos

11.1. Fundo Previdencial: Fundo especial criado a partir da destinação do superávit, com o objetivo de garantir os benefícios estabelecidos conforme Resolução do CDE.

11.2. Fundo Administrativo: Fundo destinado à cobertura de despesas administrativas dos planos de benefícios.

11.3. Fundo de Investimentos: Fundos destinados à cobertura de situações especiais na Carteira de Empréstimos, como Liquidação de Saldo de Empréstimos por Morte de Participantes e Fundo Garantidor de Prestações, que permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos.

11.4. Quadro da Evolução dos Fundos

Identificação do Fundo	Exercício 2012	Exercício 2011
Fundo Previdencial	87.181	99.357
Fundo Administrativo	34.904	29.184
Fundo de Investimentos	2.018	1.240
Saldo dos Fundos	124.103	129.781

12. Plano de Gestão Administrativa

O AGROS funciona administrativamente separado da patrocinadora UFV, com estrutura, recursos e orçamento próprios.

As fontes de custeio administrativo previstas na Lei Complementar nº 108/2001 foram definidas em normas do órgão regulador e fiscalizador, quando da criação do Plano de Gestão Administrativa (PGA), previsto na Resolução nº CGPC 28/2009, de 26/01/2009 e Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/9/2009. O regulamento do PGA do AGROS foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23/02/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do AGROS.

Essas fontes de Custeio Administrativo, para a cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, constituem-se de: contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, resultado dos investimentos, receitas administrativas e fundo administrativo.

12.1. Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas de natureza comum são rateadas entre as Gestões Previdenciais, Assistenciais e de Investimentos, com percentuais de 92%, 7% e 1%, respectivamente, definidos no Orçamento pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são rateadas dentro do PGA e atribuídas aos Planos de Benefícios Previdenciários A-CLT e B-RJU em suas proporções. No caso do Plano AGROS CD-01, seu custeio administrativo constitui-se de taxa de 1% da contribuição ao plano. As despesas administrativas da gestão de investimentos, também, são rateadas entre os planos previdenciários e assistenciais. As despesas administrativas da Gestão Assistencial são custeadas pelos seus próprios recursos.

O AGROS está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando à adequação ao limite de custeio estabelecido para as EFPC, de 1% dos Recursos Garantidores dos Planos: A-CLT e B-RJU.

12.2. Fluxo Contábil do Fundo Administrativo

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Saldo no Início do Exercício	29.184	25.119
Receitas	16.215	14.119
(-) Despesas	(13.355)	(12.315)
(-) Constituições / Reversões de Contingências	(333)	(333)
Fluxo dos Investimentos	3.194	2.594
Evolução do Fundo Administrativo	5.721	4.065
Saldo no Final do Exercício	34.905	29.184

13. Patrimônio Social dos Planos

Identificação do Plano	Exercício 2012	Exercício 2011
Plano A (CLT)	147.667	132.616
Plano B (RJU)	480.881	444.590
Plano C (AGROS CD-01)	2.603	1.361
Saldo no Final do Exercício	631.151	578.567

14. Gestão Assistencial - Plano de Saúde

Os valores da Gestão Assistencial apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do AGROS, podem ser lidos, em maior nível de detalhes, nas publicações específicas do Plano de Saúde, e os valores estão assim compostos:

14.1. Ativos do Assistencial

Contas	Exercício 2012	Exercício 2011
Disponível	26	49
Aplicações	41.893	43.595
Créditos de Operações com Planos de Saúde	2.470	3.335
Outros Valores e Bens	1	5
Despesas Antecipadas	5	0
Realizável a Longo Prazo	93	0
Total dos Ativos	44.488	46.984

14.2. Passivos do Assistencial

Contas	Exercício 2012	Exercício 2011
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	4.686	4.108
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	176	201
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	2	3
Tributos e Contribuições a Recolher	265	380
Débitos Diversos	524	615
Exigível a Longo Prazo – Provisões	1.835	1.614
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	37.000	40.063
Total do Passivo	44.488	46.984

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio e em separado, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

15. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2012, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

16. Gerenciamento de Riscos

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, realiza monitoramento e vem adotando ações que contribuem para um maior controle.

17. Cobertura de Seguros

É prática do AGROS manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

18. Alteração da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modificou alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). A Lei, com vigência a partir de janeiro de 2008, exigiu, principalmente, a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais estabelecidos pelas normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e os órgãos reguladores das EFPC e OPS emanam suas normas contábeis observando tais exigências.

Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial

Balanço Patrimonial Assistencial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil - R\$)

Ativo	Exercício 2012	Exercício 2011*
Ativo Circulante	<u>44.395.179,62</u>	<u>46.984.294,61</u>
Disponível	26.278,18	49.042,73
Realizável	<u>44.368.901,44</u>	<u>46.935.251,88</u>
Aplicações	41.893.454,02	43.595.012,10
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	<u>2.469.679,87</u>	<u>3.335.346,99</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	1.916.968,50	2.728.021,54
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	552.711,37	607.325,45
Bens e Títulos a Receber	1.069,47	3.523,02
Despesas Antecipadas	4.698,08	1.369,77
Ativo Não Circulante	<u>93.079,37</u>	-
Realizável a Longo Prazo	<u>93.079,37</u>	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	93.079,37	-
Total do Ativo	<u>44.488.258,99</u>	<u>46.984.294,61</u>

* Reclassificado

Balanço Patrimonial Assistencial - Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil - R\$)

Passivo	Exercício 2012	Exercício 2011*
Passivo Circulante	<u>5.653.113,85</u>	<u>5.307.916,79</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>4.686.048,58</u>	<u>4.108.606,23</u>
Provisão de Eventos a Liquidar	2.121.963,38	1.914.257,59
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.564.085,20	2.194.348,64
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	<u>176.224,03</u>	<u>200.966,47</u>
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	176.224,03	200.966,47
Débitos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. C/ Planos de Saúde da Operadora	<u>2.131,72</u>	<u>3.548,42</u>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	<u>264.826,47</u>	<u>379.862,63</u>
Débitos Diversos	<u>523.883,05</u>	<u>614.933,04</u>
Passivo Não Circulante	<u>1.835.022,99</u>	<u>1.613.750,42</u>
Exigível a Longo Prazo	<u>1.835.022,99</u>	<u>1.613.750,42</u>
Provisões Judiciais	1.835.022,99	1.613.750,42
Patrimônio Líquido	<u>37.000.122,15</u>	<u>40.062.627,40</u>
Patrimônio Social	37.000.122,15	40.062.627,40
Total do Passivo	<u>44.488.258,99</u>	<u>46.984.294,61</u>

Demonstração do Resultado - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011*
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>30.165.708,29</u>	<u>24.521.030,84</u>
Contraprestações Líquidas	30.165.708,29	24.521.030,84
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(26.541.648,24)</u>	<u>(24.421.422,88)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(29.708.433,04)	(26.327.909,47)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	3.536.253,18	2.959.666,39
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de Eventos	268,18	752,36
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(369.736,56)	(1.053.932,16)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>3.624.060,05</u>	<u>99.607,96</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	<u>1.715,79</u>	<u>1.805,54</u>
Outras Receitas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	<u>18.809,43</u>	<u>-</u>
Resultado Bruto	<u>3.644.585,27</u>	<u>101.413,50</u>
Despesas Administrativas	<u>(3.830.517,44)</u>	<u>(2.934.565,91)</u>
Outras Receitas Operacionais	<u>633,34</u>	<u>357,70</u>
Outras Despesas Operacionais	<u>(30.952.235,76)</u>	<u>(24.198.235,21)</u>
Provisão Para Perdas sobre Créditos	(158.927,32)	7.483,28
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(466.708,41)	(439.011,02)
Outras	(30.326.600,03)	(23.766.707,47)
Resultado Financeiro Líquido	<u>28.075.029,34</u>	<u>27.405.594,57</u>
Receitas Financeiras	28.098.544,22	27.471.538,81
Despesas Financeiras	(14.514,88)	(65.944,24)
Resultado Operacional	<u>(3.062.505,25)</u>	<u>374.564,65</u>
Déficit/Superávit do Exercício	<u>(3.062.505,25)</u>	<u>374.564,65</u>

* Reclassificado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011(Valores em mil - R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Total	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	39.688.062,75	39.688.062,75	-
Superávit do Exercício	374.564,65	374.564,65	374.564,65
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	40.062.627,40	40.062.627,40	374.564,65
Déficit do Exercício	-3.062.505,25	-3.062.505,25	-3.062.505,25
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	37.000.122,15	37.000.122,15	-3.062.505,25

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores em mil - R\$)

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
<u>Atividades Operacionais</u>		
Recebimento de Planos de Saúde	30.473.142,74	25.904.954,52
Resgate de Aplicações Financeiras	21.690.717,28	42.998.455,39
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.987.746,34	4.391.468,06
Outros Recebimentos Operacionais	32.099,25	23.957,83
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(27.740.668,68)	(23.426.194,91)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.533.082,91)	(1.943.677,32)
Pagamento de Tributos	(2.484.704,42)	(1.996.023,93)
Aplicações Financeiras	(19.912.830,85)	(43.209.978,83)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.535.183,30)	(2.704.819,13)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>(22.764,55)</u>	<u>38.141,68</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(22.764,55)</u>	<u>38.141,68</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>(22.764,55)</u>	<u>38.141,68</u>
Caixa - Saldo Inicial	49.042,73	10.901,05
Caixa - Saldo Final	26.278,18	49.042,73
Ativos Livres no Início do Período	41.722.264,14	41.250.887,09
Ativos Livres no Final do Período	39.843.583,70	41.722.264,14
Diminuição/Aumento nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	<u>(1.878.680,44)</u>	<u>471.377,05</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial nos Exercícios de 2012 e de 2011

1. Contexto Operacional

O AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social como operadora de Planos de Saúde tem seu Plano Assistencial constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o nº 368920, em 11 de setembro de 2001, com posterior registro definitivo em novembro de 2009.

Os patrocinadores do Plano Assistencial são a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2012 e 2011, a totalidade dos recursos foi aplicada no país e a escrituração dos recursos coletados e utilizados de suas rendas, receitas e despesas, foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

2.1. Apresentações das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as normas contidas na Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, na Lei 9.656/98 que regulamenta os Planos Privados de Assistência à Saúde, e com as normas estabelecidas pela ANS, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1409/12, que aprovou o ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

A contabilidade registra os eventos originados nos controles dos planos de benefícios do AGROS, de forma separada, proporcionando demonstrações contábeis segregadas para cada segmento das atividades-fim, ou seja, previdência complementar e assistência à saúde, assim como as atividades de suporte, como a gestão administrativa, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

2.2. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

2.2.1. Escrituração Contábil

Adota-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas e contingências passivas, para determinar ajustes em seus ativos e passivos, com efeito nos resultados efetivos. Para valores da atividade assistencial a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. O AGROS elaborou os demonstrativos de forma comparativa, com duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

2.2.4. Aplicações

As aplicações são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, incluindo as aplicações financeiras dos recursos garantidores das reservas técnicas vinculadas à ANS.

2.2.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde" são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de "Contraprestações Efetivas" de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição da provisão para adequá-la à evolução da inadimplência.

2.2.6. Provisão de Eventos a Liquidar

A provisão de eventos a liquidar, constituída por faturas dos prestadores de serviços, reembolso a participantes e ressarcimento ao SUS, são registradas no Passivo Circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados.

2.2.7. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A PEONA foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 209/09, da ANS. O valor dessa provisão foi integralmente constituído até dezembro de 2012, com seu respectivo ativo garantidor vinculado à referida agência reguladora.

2.2.8 - Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados com valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.2.9. Exigível a Longo Prazo

O AGROS constituiu, em seu plano assistencial, provisão em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, aspectos civis e outros assuntos.

2.2.10. Patrimônio Social

O patrimônio social da entidade corresponde aos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários de sua atividade, acumulados até a data do balanço.

3. Planos de Benefícios de Natureza Assistencial

O plano assistencial conta com os seguintes produtos:

- PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do AGROS);
- AGROS Saúde I com Odontologia;
- AGROS Saúde I sem Odontologia;
- AGROS Saúde II com Odontologia;
- AGROS Saúde II sem Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo, com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

3.1. Custeio

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados AGROS Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuições mensais dos Beneficiários Titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus Dependentes e Dependentes Especiais, bem como dos Pensionistas;
- Coparticipações dos Beneficiários;
- Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;
- Receitas provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo do AGROS e definido em atos normativos da entidade;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos para o AGROS.

As receitas previstas nas alíneas "a", "b" e "c", denominadas Receitas Assistenciais, são obtidas segundo os critérios descritos nos subitens a seguir:

3.1.1. Contribuição dos Beneficiários

Titulares e Dependentes Diretos

O valor da contribuição mensal dos beneficiários titulares e de seus dependentes diretos é definido em função de sua faixa etária, conforme tabela constante no plano de custeio.

Do total das contribuições atribuídas ao titular, subtrai-se o valor do subsídio do Governo Federal. Além disso, o valor da contribuição total do titular está limitado a um teto de 5,6% do seu salário de contribuição. Caso haja diferença entre o valor da contribuição e o limite do teto, essa diferença será custeada pelo Fundo Assistencial.

Para servidores ativos e aposentados, o cálculo do teto é feito por grupo familiar; para pensionistas, o cálculo é individual, devido à forma de operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Dependentes Especiais

A contribuição dos dependentes especiais é determinada em função da faixa etária de cada um, em conformidade com tabelas constantes nos planos de custeio. Os dependentes especiais não possuem direito ao auxílio saúde suplementar e não estão sujeitos ao teto de contribuição.

3.1.2. Contribuição das Patrocinadoras

Patrocinadora UFV

A contribuição da patrocinadora UFV corresponde ao subsídio governamental, concedido exclusivamente aos titulares e seus dependentes diretos, estabelecido com base na tabela definida na Portaria Nº 625, de 21 de dezembro de 2012.

Patrocinadora AGROS

A contribuição da patrocinadora AGROS é determinada segundo os mesmos critérios de cálculo da contribuição da patrocinadora UFV.

3.1.3. Coparticipação do Beneficiário

Além das contribuições definidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2, os beneficiários dos Planos de saúde administrados pelo AGROS estão sujeitos a coparticipação nos custos dos procedimentos utilizados, conforme percentuais definidos a seguir:

- Consultas Médicas: 30% do valor do procedimento, para os planos AGROS Saúde e 50% para o PAS-UFV;
- Procedimentos Odontológicos: 30% do valor do procedimento, para os planos com cobertura odontológica;
- Exames: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 por exame;
- Consultas/Sessões com nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo: 30% do valor do procedimento, até o limite de consultas/sessões previsto no Rol de Procedimentos da ANS e 100% do valor dos procedimentos que excederem o referido limite;
- Fisioterapia: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 por procedimento;
- Acupuntura: 30% do valor do procedimento, limitado a R\$ 100,00 por procedimento;
- Internações Psiquiátricas e por Dependência Química: 30% do valor dos serviços prestados a partir do 31º dia de internação.

3.1.4. Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial, comum a todos os planos assistenciais administrados pelo AGROS, foi criado em 1993, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do AGROS vigente à época.

Recursos do Fundo Assistencial são destinados à cobertura das seguintes despesas:

- Gastos assistenciais relativos aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, e aos participantes fundadores do plano de benefício de natureza previdenciária do AGROS, conforme previsto na Nota 2 da Resolução nº 201/2008, do Conselho Deliberativo;
- Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 5,6% do salário de contribuição;
- Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio Governamental, previsto no Plano de custeio, para os aposentados e pensionistas do Plano A;
- Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para o Programa de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde instituído pelo AGROS.

3.2. Garantias Financeiras

O AGROS está sujeito à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009, na forma e prazo estabelecidos no referido normativo:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade. Trata-se de um compromisso da operadora e não do plano de saúde.
- Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora.

- Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

4. Aplicações

As aplicações incluem os recursos garantidores das reservas técnicas, vinculadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Vinculadas a Provisões Técnicas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	2.076.148,50	1.921.790,69
Não Vinculadas		
Títulos de Renda Fixa		
Quotas de Fundos de Exclusivos de Investimentos	39.817.305,52	41.673.221,41
Total	41.893.454,02	43.595.012,10

5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	1.916.968,50	2.728.021,54
Outros Créditos de Operações c/Plano de Saúde	552.711,37	607.325,45
Total	2.469.679,87	3.335.346,99

Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

6. Passivo Circulante

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Passivo Circulante		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Provisões de Eventos a Liquidar	2.121.963,38	1.914.257,59
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.564.085,20	2.194.348,64
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		
Contraprestação a Restituir	7.999,31	17.223,20
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	168.224,72	183.743,27
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com o Planos de Saúde da Operadora	2.131,72	3.548,42
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	264.826,47	379.862,63
Débitos Diversos	523.883,05	614.933,04
Total	5.653.113,85	5.307.916,79

7. Passivo Não Circulante

Composição	Saldo / 2012	Acréscimos / decréscimos	Saldo / 2011
Exigível a Longo Prazo - Provisões	1.835.022,99	221.272,57	1.613.750,42
Total	1.835.022,99	221.272,57	1.613.750,42

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da gestão assistencial, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto.

8. Patrimônio Social

O patrimônio social da entidade constituído pelos resultados superavitários, deduzidos dos resultados deficitários, acumulados até a data do balanço, destina-se à cobertura de despesas da atividade assistencial, relativa aos planos de saúde administrados pela entidade, na forma do regulamento.

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	37.000.122,15	40.062.627,40
Saldo	37.000.122,15	40.062.627,40

9. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A entidade, em atendimento ao que determina o item 22, do pronunciamento técnico CPC 03, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que use o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011 (Reclassificado)
Atividades Operacionais		
Déficit/Superávit do Exercício	(3.062.505,25)	374.564,65
Ajustes para conciliação do Déficit/Superávit do exercício com a geração/utilização de caixa nas atividades operacionais:	577.442,35	821.671,11
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	577.442,35	821.671,11
= Déficit/Superávit do Exercício Ajustado	(2.485.062,90)	1.196.235,76
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais	2.473.271,07	(977.353,29)
Aplicações	1.701.558,08	(972.787,32)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	865.667,12	(466.490,68)
Bens e Títulos a Receber	2.453,55	374.469,20
Despesas Antecipadas	(3.328,31)	0,00
Depósitos Judiciais e Fiscais	(93.079,37)	87.455,51
Aumento/Diminuição em Passivos Operacionais	(10.972,72)	(180.740,79)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	(24.742,44)	(51.119,39)
Débito de Operações Assistência à Saúde Não Relacionado com o Plano de Saúde da Operadora	(1.416,70)	1.100,87
Tributos e Contribuições a Recolher	(115.036,16)	54.476,93
Provisões	221.272,57	37.914,17
Débitos Diversos	(91.049,99)	(223.113,37)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(22.764,55)	38.141,68

10. Despesas Administrativas do Plano Assistencial

10.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas de natureza específica do plano assistencial são atribuídas diretamente ao Plano Assistencial, que faz o pagamento utilizando seus recursos financeiros.

10.2. Despesas Administrativas Comuns às Demais Atividades do AGROS

As despesas administrativas de natureza comum são custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) que, posteriormente, é reembolsado por meio de pagamento financeiro, na proporção do rateio orçamentário para cada plano.

11. Instrumentos Financeiros

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011, passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização.

Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2012, tais como, contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

12. Gerenciamento de Riscos

A entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, supervisiona suas atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, e vem adotando ações que contribuem para o controle de riscos.

Viçosa, 31 de dezembro de 2012.

Regimar Ferreira de Freitas
Contador - CRC-MG 53.166
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros
Diretor Geral

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista Encerramento do exercício de 2012

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Celetista do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2012.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 19 milhões, registrado em sua totalidade na Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Celetista do AGROS.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário Encerramento do exercício de 2012

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2012.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 71,1 milhões, contabilizados na conta Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01 Encerramento do exercício de 2012

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial, hipóteses apropriadas e características de plano de contribuição definida, o Plano Instituidor AGROS CD-01 do AGROS encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial.

As provisões matemáticas do plano equivalem a R\$ 2,6 milhões.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013.

ATEST – Atuária e Estatística Ltda.
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Jaqueline Figueiredo Ferreira
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Técnico
Atuário MIBA 506

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 07 de março de 2012, não conteve modificação.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores do
AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Viçosa - MG

Examinamos as demonstrações contábeis relativas à Gestão Assistencial do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da entidade tomando por modelo as demonstrações contábeis instituídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da Resolução Normativa nº 290, de 27/fev./2012.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela preparação das demonstrações contábeis, que foram elaboradas de acordo com os modelos de demonstrações contábeis e normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o demonstrativo está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, preparadas com a finalidade específica de atender a Agência Nacional de Saúde Suplementar, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

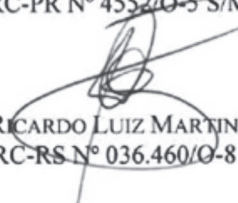
Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados e nosso relatório, datado de 07 de março de 2012, não conteve modificação.

Elaboração das Demonstrações Contábeis e Restrição sobre sua Distribuição

As demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar o **AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL** a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Consequentemente, os demonstrativos podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da entidade e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

GRUNITZKY AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4552/O-5 S/MG



RICARDO LUIZ MARTINS
Contador CRC-RS Nº 036.460/O-8 T/PR S/MG

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: "Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada"; "Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada"; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01): "Demonstração da Mutação do Ativo Líquido", "Demonstração do Ativo Líquido", "Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada", "Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios"; "Balanço Patrimonial - Assistencial - Ativo e Passivo", "Demonstração do Resultado - Assistencial", Demonstração das Mutações do Patrimônio Social", Demonstração dos Fluxos de Caixa Assistencial, "Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis", cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS-CD-01 relativos ao **exercício de 2012**, constantes no **Relatório Anual de Informações**.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informações complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres da Assessoria Atuarial e dos Auditores Independentes, o Conselho aprova as contas e demonstrações financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posição patrimonial e financeira dos planos do AGROS em 31 de dezembro de 2012.

Viçosa, 20 de março de 2013.

Moacir Albuquerque Gomes de Lima
Afonso A. T.de Freitas de Carvalho Lima
Antônio Joaquim Macabeu
Augusto César de Queiroz

Fernando Diogo
Mariluce Pires Vieira Soares
Nilton Alves Gonzaga
Aloísio de Castro Cardoso

RESOLUÇÃO Nº 277/2013

O Conselho Deliberativo do AGROS - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou: "Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada"; "Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada"; dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (AGROS-CD-01); "Demonstração da Mutação do Ativo Líquido", "Demonstração do Ativo Líquido", "Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada", "Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios"; "Balanço Patrimonial - Assistencial - Ativo e Passivo", "Demonstração do Resultado - Assistencial", Demonstração das Mutações do Patrimônio Social", Demonstração dos Fluxos de Caixa Assistencial, "Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis", cópia dos Pareceres Atuariais dos Planos Previdenciários Celetistas, Estatutário e AGROS CD-01 relativos ao **exercício de 2012**, constantes no **Relatório Anual de Informações**.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo concluiu que as referidas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em **31 de dezembro de 2012**, deliberando por sua aprovação.

Viçosa, 26 de março de 2013.

Sylvia do Carmo Castro Franceschini
Márcia Rogéria de Almeida Lamêgo
Sebastião Carlos da Fonseca
Vanda do Carmo Lucas dos Santos
Evaristo Luciano Rosa

Guilherme Nacif de Faria
Ely Rosa
Antônio Teixeira Cordeiro
Julio Cesar dos Reis
José Aparecido de Paula

Viçosa – MG
Avenida Purdue, s/n
Campus da UFV
Tel: (31) 3899-3500

Belo Horizonte – MG
Rua Sergipe, 1087 – 10º andar
Tel: (31) 3227-5878

Florestal – MG
Rua Joviano Alves Moreira, loja 4
Tel: (31) 3536-2100

